

QUESTÕES PEDAGÓGICAS

ABERTURA DO CICLO DE HISTÓRIA DO BRASIL (1).

I. — **Porque o Ciclo de História do Brasil.**

Quando recebemos o convite da direção da “Fôlha de São Paulo” para programar e imprimir um sentido a êste Ciclo de História do Brasil, não foi difícil achar um conjunto de motivos para aceitá-lo.

Em primeiro lugar, porque há muito poucos Ciclos, muito poucas oportunidades para um diálogo mais amplo e com horizontes mais largos sôbre a História do Brasil.

Estamos convencidos, além disso, que o motivo dominante está na oportunidade que êste Ciclo oferece para se abrir a um público menos especializado as portas de todo um mundo de problemas. Mundo em que vivem os professores que aqui virão fornecer alguns frutos de suas reflexões.

Êsses problemas têm uma peculiaridade que é ao mesmo tempo uma dificuldade: estão ligados a transformações da história brasileira que nos atingem, direta ou indiretamente, em nosso presente.

Sabemos perfeitamente que nem sempre é difícil a apreensão de análises apresentadas com uma terminologia mais obscura, ou de análises que utilizam conceitos aos quais o ouvido do leigo não está habituado. Mesmo assim achamos necessários realizar a experiência: até porque é preciso haver a dificuldade para que se pense em sua superação.

Um outro motivo para a realização do Ciclo está, sem dúvida, na justa desconfiança que se tem do historiador tradicional, do historiador que vai ao passado mas se esquece que está

(1). — No dia 3 de agosto de 1966, iniciou-se o Ciclo de História do Brasil no auditório da “Fôlha de São Paulo”. Do Ciclo participam professores das Secções de História e de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, bem como da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis.

Abrindo os trabalhos, o Prof. Carlos Guilherme Mota, da Cadeira de História Moderna e Contemporânea e da Sociedade de Estudos Históricos, expôs as observações que transcrevemos (Nota da Redação).

irremediavelmente prêso ao presente. Eis uma desconfiança salutar, porque o historiador tradicional não percebe que os problemas do passado que procura responder são formulados no presente.

E' evidente que a atitude que se tem em relação ao passado é resultante de uma série de discussões que se dão no presente, e para países novos como o Brasil o problema se torna substancialmente complexo. O próprio pêso do passado, às vêzes, impede o seu estudo. Não é preciso dizer que os professôres que vão participar do Ciclo têm soluções diversas para êste problema.

Outro motivo para levar avante o Ciclo: é preciso dar respostas mais claras aos problemas formulados para o período republicano. Aqui tentamos corrigir êsse desprezo que tem sido votado insistentemente ao passado mais recente do Brasil. Deslocamos de propósito o centro de gravidade da História do Brasil para o período da República: não esquecemos, porém, que na base da compreensão dêsse período está o passado colonial, regulando à distância os eventos mais próximos dos nossos dias.

Poderíamos dizer em poucas palavras, o por quê do Ciclo de História: para tornar mais ampla a discussão de uma História do Brasil que valha a pena ser estudada, uma história que mostre porque as respostas dadas ontem não podem ser conjugadas aos nossos problemas de hoje.

II. — Dificuldades para o estudo da História do Brasil.

Cabe, ao se iniciar êste Ciclo, deixar colocados alguns problemas relativos às dificuldades para o estudo da História do Brasil.

Partamos do que é mais visível.

E' fácil perceber o progresso das outras ciências, especialmente as ciências físicas e naturais.

Nas chamadas ciências humanas, êsses progressos são menos visíveis. O desenvolvimento do conhecimento histórico, particularmente, é mais lento; o progresso dos estudos históricos é pouco visível. E' lento porque se dá em muitas frentes: história econômica, história política, história da cultura, da religião, história social; é pouco visível porque não tem aplicação imediata como a Economia, a Psicologia, a Pedagogia, etc.

A rigor, o estudo da história torna-se extremamente difícil porque história é tudo. Já se disse que há somente uma ciência, a ciência da história.

O estudo da história é árduo, porque exige o combate às interpretações unívocas, às explicações simplistas, à narrativa sem objetivo; exige o combate aos determinismos econômicos, religiosos e culturais. Isto porque não há “história unilateral”, que se coadune com o espírito científico. É difícil estudar história porque é o **homem** que está no centro das indagações.

Além disso, na análise do passado é preciso colocar tudo em questão, incluindo a visão da realidade de quem analisa. Portanto, já não se aceita mais o tipo de análise sem objeto direto ou o estudo nostálgico de um passado perdido. Esse passado, de resto, nem sempre está perdido: no caso da descolonização do século XX (especialmente a África), o processo de colonização ainda está pesando. Neste exemplo, para a ação no presente, é importante o conhecimento do passado.

Já se sabe, a história se faz **com** documentos. Mas é tempo de deixar claro que o progresso do conhecimento do passado não se dá **apenas** pela descoberta de novos documentos. A discussão dos velhos documentos, já conhecidos, também pode trazer novas interpretações, novas hipóteses, novas formulações de velhos problemas. Nessa medida, é correta a idéia de que a história se faz **também** com documentos...

Podem-se retomar todos os documentos que foram utilizados para a elaboração de um livro de história. Esses mesmos documentos podem servir para uma outra análise que não coincida com a do livro mencionado. Isto porque não há um único caminho, na explicação do passado: depende, essa explicação, dos critérios que sejam adotados; depende do método que seja utilizado e é claro, há métodos mais eficazes do que outros. Naturalmente, não estamos falando daquele tipo já “histórico” do historiador que tem um “gosto exagerado da erudição pela erudição”. Por certo já esbarramos todos nós com o “historiador sem problemática”, o historiador que se

“deixa envolver pela coleta de ‘fatos’, pelo gosto do episódio, pela precisão e pelo detalhe em domínios ou sobre assuntos que não têm nenhuma importância” (2).

Para evitar essas distorções no trabalho do historiador, é preciso pugnar por novos tratamentos aos velhos documentos, é preciso colocar em xeque as visões arcaicas do passado, visões freqüentemente ufanistas ou então enfatiadas. O historiador

(2). — Frédéric Mauro, *L'orientation actuelle des études historiques*, in “Revue Historique”, avril-juin 1963. pág. 439.

precisa, para se renovar, entrar em contacto com a economia, com a sociologia, com a política, com a religião, com a antropologia. E' dessa cooperação, é dêsse diálogo que poderá sair uma visão mais precisa do passado, visão que ajudará a compreender o presente.

Na História do Brasil a especialização em setores, a pulverização em "tipos" de História é muito recente. As "grandes visões gerais" começam a ceder lugar aos estudos detalhados, às monografias, às pesquisas mais delimitadas. Começa-se a tomar consciência: cada setor do passado exige uma discussão de problemas e elaboração de conceitos próprios. Não mais só a documentação precisa ser adequada, mas também a maneira de tratar êsses documentos. Assim, o historiador que faz a história política da proclamação da República, precisa ter uma formação um pouco diversa da do historiador que faz a história econômica da mesma época.

Na História do Brasil, a quantificação é recente. Ela é importante porque torna mais precisa a análise do fenômeno considerado. (Por exemplo, quando digo que no ano de 1775 entraram no pôrto do Tejo, em Lisboa, apenas 121 navios portugueses face a 271 navios ingleses, torno muito mais clara a compreensão do sufocamento da economia portuguesa pela economia inglesa. Por aí talvez já possa até perceber porque os ingleses ajudaram na independência do Brasil, poucos anos depois...).

Pois bem, a **quantificação** serve para dar uma indicação mais precisa e clara de uma história profunda. Por exemplo, para a explicação da Revolução Francesa (1789), da Revolução de 1830, ou da Revolução de 1848 (na França), há gráficos que mostram — com precisão espantosa —, como há coincidência entre essas revoluções e os anos de más colheitas.

O único perigo que se corre é o de esquecer que o uso de gráficos é um meio, não um fim. Pode-se acabar

"excluindo o 'acontecimento', ao invés de tentar integrá-lo na história" (3).

Com tudo o que foi dito, não se deve pensar que o problema da documentação deva ser deixado de lado. Êsse raciocínio seria ingênuo, uma vez que é o documento que dá, em grande parte, a direção ao historiador. Mas o historiador não

(3). — Pierre Vilar, *Crecimiento y Desarrollo*, Barcelona, Ediciones Ariel, 1964, 1964, pág. 460.

conseguirá fazer o documento “falar” se não tiver problemas em seu espírito.

Para se fazer a História do Brasil, as dificuldades são muitas quando falamos em documentos.

Por exemplo, para o período colonial, a documentação em grande parte está em Portugal, que era o centro administrativo e político, e que porisso mesmo recolhia essa documentação. Também na Holanda há muitos núcleos de documentos para se fazer a História do Brasil: não se deve esquecer que na expansão européia também a Holanda se interessou pelo Brasil, especialmente no século XVII. Há historiadores brasileiros, como é o caso de José Honório Rodrigues, que aprenderam a língua holandesa para melhor compreensão daquele período.

Uma boa parte da documentação pode ser encontrada também na Inglaterra que, a partir do século XVIII, mais claramente, infiltrou-se no sistema colonial português, participou da independência e interferiu na política brasileira até o começo deste século.

Atualmente, há universidades norte-americanas que concentram fartíssima documentação relativa ao Brasil.

Para os períodos mais recentes da nossa História, a avalanche de documentos asfixia o historiador: o que selecionar? É exatamente para êsses períodos mais recentes que se nota a especialização: história das relações internacionais, história econômica, história social, história da literatura, história do teatro, etc.

Não só a documentação aumenta, mas também a complexidade da vida: por exemplo, a industrialização introduziu um ritmo nôvo na História do Brasil, ajudou a acentuar as disparidades regionais. É bem verdade que a civilização industrial auxiliou na elaboração de técnicas de pesquisa; forneceu elementos para auto-conhecer-se. Não é por acaso que os centros de pesquisa mais avançados estão em São Paulo.

Mas por que essa impotência do historiador face a uma história mais recente?

Não é apenas pela complexidade da documentação. É que o historiador tradicional corre o risco de “perder a objetividade”. Objetividade que não é total também para outras épocas, e disso geralmente êle se esquece. Corre o risco de ser juiz e réu, ao mesmo tempo.

Claro que é relativamente fácil estudar D. João VI, por exemplo. É relativamente fácil — e sugestivo — estudar Tira-

dentem, ou Joaquim Silvério dos Reis. Não é fácil, entretanto, estudar Getúlio Vargas.

É fácil estudar o negro escravo no período colonial; não é fácil, entretanto, estudar o negro no século XX: os preconceitos ainda existem.

No plano das relações internacionais, não é fácil estudar o Brasil do século XX, inclusive porque a documentação oficial é vedada, para anos mais recentes, por uma questão de segurança externa. Aliás, esse comportamento é notado também em outras nações.

Além disso, no plano interno, a coexistência de ritmos diferentes para as diversas partes do Brasil coloca o historiador face a problemas situados em faixas muito diferentes. O ritmo das áreas industriais é incrivelmente mais acelerado que aquele das áreas rurais. Achar um único critério para pensar a diversidade é tarefa a ser levada à frente somente através do trabalho em equipe, através da pesquisa interdisciplinar.

E o trabalho em equipe somente agora começa a existir. Alguns dos jovens professores que vão participar do Ciclo pertencem a essas equipes: pesquisam, numa mesma época, em setores diferentes.

Uma outra dificuldade para se entender a História do Brasil reside na pouca preocupação em estudá-la inserindo o Brasil num quadro mais amplo, que é o quadro das nações de passado colonial, e que, em sua esmagadora maioria, constituem atualmente o chamado grupo subdesenvolvido.

Sabe-se que o estudo da história é mais antigo que o das outras Ciências do Homem: o próprio estudo da história tem mais passado, portanto, que os estudos das outras Ciências. Para renovar, em história, é mais difícil: os preconceitos científicos, as resistências são maiores. As outras disciplinas são mais novas, mais ágeis, e, sobretudo, têm mais aplicação imediata. (Economia e Psicologia, por exemplo). Aplicação que ajuda de resto a apurar a sensibilidade do investigador.

Nessa medida, o estudo da História do Brasil poderá se renovar **englobando** as técnicas e os métodos das outras Ciências do Homem, **criticando** a historiografia tradicional, **definindo** o objeto de seus estudos, **formulando** uma problemática própria.

III. — História das Estruturas, História dos Acontecimentos.

É da derrubada das velhas interpretações que nascem as novas. É no campo fértil da crítica que floresce o conheci-

mento científico. Quanto a este Ciclo, não é um ponto de chegada, é um ponto de partida. Devemos nêle buscar uma história profunda, lenta, silenciosa, subterrânea, de longa duração, uma **história das estruturas**. Diversa de uma história de superfície, rápida, leve, do dia a dia, uma **história dos acontecimentos**.

Estas histórias não existem isoladamente. É uma que explica a outra. A história do dia a dia é uma expressão externa da história mais profunda. Por exemplo: os movimentos de independência na África ou Guiana, recentemente. Há uma história profunda em curso a independência, que é parte do processo de descolonização, implica em discutir a **colonização**, isto é, o processo inteiro, de **montagem** e **desmontagem**. E a discussão é, por essência, **histórica**. A única dificuldade está em sermos capazes de sentir uma história profunda, pesada, das estruturas, e outra, de superfície, **ao mesmo tempo**, voltando assim à lição de Braudel.

Em último lugar, o mais importante.

Devemos trabalhar pela discussão de novos métodos de pesquisa na História do Brasil. Nessa medida, este ciclo se impõe para um balanço atual dos estudos de História do Brasil. É necessário — condição fundamental para o espírito científico! — procurar novos caminhos interpretativos, não-acadêmicos, para que se possa compreender em maior profundidade o próprio presente. Mas não mais uma história sem objeto direto; até porque suas inquietações são a própria inquietação do presente.

No caso do Brasil, estamos convencidos que seu passado colonial ainda comanda o seu presente. É o passado colonial que está na raiz das discussões sobre subdesenvolvimento. É do peso do passado colonial que se procura libertar atualmente. É essa análise, esse diálogo, que se impõe.

*

Programa (4).

- I. — Expansão européia e o descobrimento do Brasil
- II. — Brasil-Colônia: economia e sociedade.
- III. — A emancipação política do Brasil.
- IV. — Brasil, século XIX: um balanço das transformações econômicas.

(4). — O Curso será ministrado por professores dos Departamentos de História e Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis.

- V. — América Latina, século XIX: uma monarquia face a várias repúblicas.
- VI. — Brasil, século XIX: os esforços para a industrialização.
- VII. — A República Velha (I): estrutura político-partidária.
- VIII. — A República Velha (II): política econômica cafeeira.
- IX. — A República Velha (III): as crises sociais da década de 1920.
- X. — A Revolução de 1930.
- XI. — O Estado Novo.
- XII. — A industrialização e suas repercussões: 1930 a 1945.
- XIII. — O Brasil nas relações internacionais: 1930 a 1945.
- XIV. — O Brasil nas relações internacionais: 1945 a 1964.
- XV. — O desenvolvimento brasileiro de 1945 a 1964.

CARLOS GUILHERME MOTA

Instrutor da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.